

A COMPOSIÇÃO DAS RENDAS E DESPESAS FAMILIARES EM COMUNIDADES DE PESQUENOS AGRICULTORES NO NORDESTE PARAENSE

1
CONTO, A.J. de
GALVÃO, E.U.P.²
HOMMA, A.K.O.³
CARVALHO, R. de A.⁴
FERREIRA, C.A.P.⁵
OLIVEIRA, R.F. de²
MENEZES, A.J.E.A. de⁶

RESUMO: Este estudo procurou analisar as rendas agrícolas e não agrícolas, despesas familiares e alguns indicadores de eficiência das propriedades, tendo como base propriedades de três Associações de produtores localizados na região do nordeste paraense. Para a análise da formação da renda foram coletados dados da produção, consumo e de comercialização dos produtos cultivados e extraídos da propriedade, ganhos monetários de membros da família fora da propriedade (renda não-agrícola) e as despesas para a manutenção da família (alimentação, saúde, transporte, etc). Os produtos de origem vegetal são os principais formadores da renda agrícola das propriedades, destacando-se a produção de farinha de mandioca e o feijão caupi. Entre os produtos de origem animal destaca-se os oriundos de aves, em especial o consumo familiar de ovos. Os produtos do extrativismo são mais relevantes entre as famílias com maior tradição na região, já habituadas a utilizarem produtos existentes no meio onde vivem. Como rendas não agrícolas destacam as aposentadorias. O consumo de alimentos adquiridos, foram equivalentes ao valor da produção produzida na propriedade e consumida pelas famílias em duas Associações e 2,3 vezes superior em uma. Como conclusão tem-se que: o acesso ao crédito subsidiado para a implantação de sistemas agroflorestais deve ser integrado ao sistema produtivo tradicional das propriedades para não causar um desequilíbrio na estrutura produtiva das mesmas; a posse da terra é um fator de grande importância para a viabilização da família como um todo e não somente da estrutura produtiva como propriedade rural; as rendas não agrícolas tem grande importância na sustentabilidade das propriedades; e a aquisição de alimentos pode superar o potencial de auto consumo familiar.

Termos para Indexação: agricultura familiar, nordeste paraense, rendas não agrícolas, consumo familiar

INTRODUÇÃO

No período de 1985 a 1996, segundo dados do Censo Agropecuário, no setor agropecuário, foram eliminadas aproximadamente 1 milhão de propriedades e 2,5 milhões de empregos. Isso é de grande relevância e vem a agravar o crescimento do desemprego no setor urbano. O relatório do Ministério Extraordinário de Política Fundiária recentemente divulgado, no período de 1994/98 (1º Governo de Fernando Henrique Cardoso) foram assentados 280 mil famílias (o que deve corresponder a aproximadamente 900 mil empregos) a um custo total de US\$ 9 bilhões.

Analisando o processo de ajuste das propriedades da região Norte, Homma et al. (1995) consideram que, em consequência do processo de urbanização com o desenvolvimento das pequenas cidades no interior do Estado do Pará, a intensificação do uso da terra através da redução

¹ Eng. -Agr., MSc., Embrapa Florestas, Caixa Postal 319, CEP 87411-000, Colombo, PR.

² Eng. -Agr., MSc., Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66017-970, Belém, PA.

³ Eng. -Agr., Doutor., Embrapa Amazônia Oriental.

⁴ Econ. MSc., Embrapa Amazônia Oriental.

⁵ Econ., Embrapa Amazônia Oriental.

⁶ Téc. Especializado Embrapa Amazônia Oriental.

do período de pousio do solo seria uma tendência natural. Com isso, há a necessidade de um número cada vez maior dos produtores abandonarem o sistema tradicional de uso das capoeiras e passar a utilizar alternativas tecnológicas que viabilizassem os cultivos fora do sistema da agricultura migratória pois esse não propiciaria mais a rentabilidade necessária para a sustentabilidade da família.

O próprio crescimento da economia, que passou a inserir novas demandas à população como forma de obter um bem-estar às famílias dos produtores, levou a que muitos processos tecnológicos deixassem de produzir recursos monetários suficientes para atender a essa nova realidade. Estudando grupos de pequenos produtores de Santa Izabel do Pará, situada a menos de 50 km de Belém, Santana & Khan (1990) e Santana (1992), observaram que cerca de 46,6% não tinham condições de obterem renda suficiente para sua sustentação e, para reduzir riscos, foi observado ser importante o melhor aproveitamento da mão-de-obra familiar.

Diante de um novo quadro de abertura econômica através do conhecido processo de globalização, onde o governo intervêm cada vez menos de forma direta no mercado dos produtos o processo de geração e de adoção de tecnologias também deve passar por um processo de ajuste e de adequação à nova realidade. Teixeira et al. (1996) consideram que as dificuldades de ajuste da pequena agricultura familiar em muitos casos foram gerados por ações do governo. Destacam que a transferência de renda provocada por ações do governo levou ao empobrecimento da agricultura familiar, com a exclusão de uma grande parcela do mercado. Consideram ainda, que o governo deve buscar dotar a agricultura familiar de capital, tecnologia e infra-estrutura, para que haja o retorno desses produtores ao mercado.

A importância das rendas não agrícolas na manutenção das pequenas propriedades rurais foram também apresentadas por Conto et al. (1998a) Conto et al. (1998b) e Galvão et al. (1999). Observa-se que em muitas comunidades essas rendas possibilitam cobrir as despesas monetárias das famílias liberando as rendas monetárias das propriedades para outros itens de despesas e investimentos na propriedade.

Esse entendimento do envolvimento da família e da propriedade e do papel que a renda não agrícola exerce dentro de uma propriedade foi observado por Carrieri et al. (1993) ao analisar o processo de administração dos bens e das propriedades rurais familiares. Os autores observaram que a direção e administração da produção estavam confundidos com a direção e a gestão da vida familiar. Isso leva à percepção de que, na prática, as decisões são tomadas em função umas das outras, ou seja, não há uma separação efetiva entre aquelas originárias da administração da propriedade, das que são provenientes de necessidades familiares. Observaram ainda a não separação entre a família e a propriedade, e entre o trabalho-produto e o consumo.

2. Área de Estudo

O estudo foi desenvolvido junto a três comunidades de pequenos produtores da região nordeste do Estado do Pará, tendo como base produtores ligados a Associações comunitárias que tinham como objetivo apoiá-los no processo produtivo (Conto et al. 1996). Foram selecionadas as Associações de São Tomé do Panela, situada no município de Irituia, a Associação de Bela Vista, situada no município de São Miguel do Guamá e a Associação do Arraial de São João, situada no município de Tracuateua, que atende produtores da própria comunidade e de comunidades vizinhas.

2.1. Associação de São Tomé do Panela

A Associação dos Pequenos e Micros Produtores Rurais de São Tomé do Panela é constituída por um grupo de famílias localizado às margens da rodovia BR-010 (Belém - Brasília) no município de Irituia, Pará. A maioria dos componentes já residia na região antes da abertura da estrada,

constituindo-se de um grupo de pessoas que faziam uso do rio Guamá, como meio de locomoção e comunicação. A ligação política do grupo da Comunidade com Irituia é forte, em especial através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que é ativo e ligado aos movimentos comunitários. A principal cultura é a mandioca destinada à produção de farinha e a organização como Associação é recente, embora haja em censo de comunidade bastante saliente entre os produtores e suas famílias. A Associação foi criada com a finalidade específica de habilitar os produtores a obterem financiamentos do FNO.

2.2. Associação de Bela Vista

A Associação de Produtores da Bela Vista é constituída por pequenos produtores que migraram do Nordeste a partir da década de 60. Os primeiros moradores foram os “desbravadores” da área onde se localiza a comunidade, a partir da invasão da área de uma fazenda cuja posse era contestada. A Associação foi criada em 1982 quando passou desenvolver ações voltadas ao apoio dos sistemas produtivos de seus associados. Nesse ano adquiriu um trator com equipamentos através de recursos do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), administrado pelo Banco do Brasil. A associação possui duas casas de farinha para uso dos associados, mediante o pagamento de porcentagem sobre a farinha beneficiada. Para os associados, que não possuem terra própria, ou que tem pequenas áreas, a Associação cede uma área em seu lote de terra (25 ha), para o plantio de cultura anuais.

A principal lavoura é a mandioca para a produção de farinha, vindo a seguir o feijão e, em menor proporção, frutas (laranja, acerola, mamão, etc) e hortaliças.

2.3. Associação de São João

As comunidades envolvidas pela associação tiveram sua origem em assentamentos de pequenos produtores ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Muitas das famílias são descendentes de antigos trabalhadores durante o período da abertura da estrada e outros foram atraídos para o local em razão da possibilidade de escoar suas produções através da ferrovia que estava sendo implantada. Em razão de tratar-se de um grupo assentado a muitos anos, os laços familiares são bastante estreitos e o apoio aos que não dispõem de áreas próprias para cultivo também é facilmente percebido. Contudo, essas características tendem a diminuir na medida em que as subdivisões dos lotes de terra atingem seu limite crítico de sobrevivência familiar no processo tradicional de cultivo. A Associação foi criada com a finalidade de habilitar os produtores para a obtenção de financiamentos junto ao FNO, tendo adquirido dois tratores equipados com grade aradora e uma colheitadeira com parte dos recursos.

3. Coleta e Análise dos dados

3.1. Coleta dos Dados

Os dados foram coletados com o uso de um formulário previamente elaborado e aplicado junto aos produtores das três Associações. Buscou-se contatar o maior número possível de produtores, atingindo-se o universo no caso de Bela Vista, e quase a totalidade nas demais. Os dados foram coletados com vistas a elaboração de um diagnóstico para ser iniciado um processo de pesquisa participativa com os produtores visando interferir no processo de ajuste das tecnologias que envolvessem o uso de trator no preparo do solo.

3.2. Análise dos dados

Os dados coletados foram tabulados visando às ações imediatas de desenvolvimento da etapa de avaliação dos processos tecnológicos em uso pelos produtores. Com isso foi possível iniciar um trabalho de busca de inovações tecnológicas, para o melhor aproveitamento das inovações já

introduzidas pelos produtores e avaliar seu desempenho.

A análise dos dados foram realizados com o uso de tabelas de dupla entrada, que se mostravam suficientes para a realização do estudo.

Quanto à avaliação da renda utilizou-se como base as definições das variáveis e o cálculo adotado por Conto (1997b), Curcio et al. (1998), Conto et al. (1998) e Galvão et al. (1998), envolvendo estudo junto às três comunidades de forma concomitante, devidamente ajustados para o presente estudo. As respostas abertas foram homogeneizadas sem alterar o conteúdo nem omitir os fatos captados nas entrevistas dos produtores.

3.3. Característica das propriedades

3.1. Associação de São Tomé do Panela

Ao todo são 26 associados tendo sido entrevistados 24. Todas as propriedades podem ser caracterizadas como pequenas propriedades familiares uma vez que seus sistemas produtivos são tradicionais e altamente dependentes do trabalho manual. Somente com a organização da Associação os produtores passaram a buscar acesso ao crédito do Fundo Constitucional do Norte (FNO) para o cultivo de culturas perenes não tradicionais entre os mesmos (maracujá, citrus e coco). A principal característica de subdivisão das propriedades foi o acesso ou não aos recursos do FNO. Com esse financiamento as propriedades sofreram interferência nos seu sistema tradicional de cultivo, como: preparo do solo mecanizado; uso de agroquímicos; plantio de culturas perenes; acesso a novos canais de comercialização. A área média utilizada pelas propriedades dos dois grupos foi de 18,2 ha, sendo que no caso dos que tiveram acesso ao financiamento era de 12,7 e dos que não tiveram 27,6 há e a área modal é de 10 ha.

3.2. Associação de Bela Vista

Na Comunidade de Bela Vista foram coletadas informações junto a 12 propriedades ligadas a Associação comunitária que congrega 14 produtores. As propriedades foram divididas em dois grupos: propriedades com área própria; e propriedades sem área própria ou com área própria insuficiente para o desenvolvimento de suas culturas e criações. A área média utilizadas pelo primeiro grupo é de 39,6 há, a do segundo de 1,76 ha e a área média total de 16,31 ha, o que caracteriza o grupo como de pequenas propriedades familiares.

3.3. Associação do Arraial de São João

A Associação do Arraial de São João envolve um grupo de 70 propriedades sendo que a análise foi realizada com base em um levantamento junto a 35 produtores. Os produtores se agruparam em uma associação para terem acesso aos recursos do FNO. Ao contrário das duas outras associações os produtores dessa são dispersos em cinco comunidades, com grande concentração na de São João. A área média das propriedades é de 32,7 ha, e foram agrupadas em cinco estratos com áreas médias de 6,2 a 88,3 ha o que caracteriza uma maior dispersão do que o observado nas duas outras associações.

4. Formação da renda agrícola das propriedades

A análise da renda agrícola foi desdobrada em seus três principais componentes, quais sejam: produtos de origem animal, lavouras e extrativismo. Todos os três componentes foram separados quanto ao valor do consumo das famílias ou na propriedade para consumo dos animais, como é o caso do milho, e o valor referente a venda. Os dados são apresentados na Tabela 1.

4.1. Produtos de origem animal

A produção animal é mais significativa, em termos relativos, entre os produtores de São João e São

Tomé do Panela. A produção é voltado primordialmente ao consumo familiar com a comercialização de excedentes.

Associação de São Tomé do Panela

No caso da Associação de São Tomé do Panela, os produtores criam quase exclusivamente aves e tem sua produção orientada basicamente ao consumo da família. Como produto individual, o consumo de aves ultrapassou, em termos econômicos o consumo de todas as culturas produzidas na propriedade, sendo ultrapassado somente pelo valor do consumo de açaí que é uma espécie extrativa.

Associação de Bela Vista

Entre as propriedades da Associação de Bela Vista o consumo de animais e menos expressivo e tem no consumo familiar o principal objetivo dessa atividade. Somente a criação de suínos foi direcionado mais a comercialização do que ao consumo. No caso dos bovinos, somente duas propriedades possuem em pequeno rebanho em formação, não tendo sido observado consumo nem venda no período analisado.

Tabela 1. Formação da renda agrícola média das propriedades das associações de produtores de São Tomé do Panela, Bela Vista e Arraial de São João -1994. (R\$ 1,00)

Itens	Comunidades		
	Panela	Bela Vista	São João
Renda Agrícola	2.742,60	3.429,77	4.031,82
<i>Subtotal de consumo de animais</i>	470,18	218,77	520,36
<i>Subtotal de venda de animais</i>	39,96	101,88	231,07
Renda de Origem em Animais	510,14	320,65	751,43
<i>Subtotal de consumo de lavouras</i>	600,35	341,17	496,25
<i>Subtotal de venda de lavouras</i>	1.011,88	2.683,18	1.803,22
Renda de Origem em Lavouras	1.604,23	3.024,35	2.329,13
<i>Subtotal consumo de extrativismo</i>	600,36	113,62	553,80
<i>Subtotal venda de extrativismo</i>	27,88	0,00	295,45
Renda de Origem em Extrativismo	628,24	113,62	849,25

Associação de São João

Também entre esse grupo de produtores as aves são o principal componente da produção animal representando 71% do valor total. O destino da produção é basicamente o consumo familiar. A produção de suínos é bem menos expressiva e a criação de bovinos é pouco expressiva e os plantéis podem ser considerados em formação uma vez que foi observado o consumo e venda de somente dois animais entre as propriedades analisadas.

4.2. Produtos de origem em lavouras

Associação de São Tomé do Panela

A produção de lavouras constitui-se na principal fonte de renda, destacando-se a participação de mandioca, na forma de farinha, correspondendo a 75,7% do total. Os demais produtos são destinados basicamente ao consumo na propriedade com vendas de pequenos excedentes. Os produtos originários de frutas, legumes e pupunha atingiram 3,9%. As propriedades que tiveram acesso ao crédito do FNO para a introdução de culturas perenes tiveram uma desestabilização do seu sistema tradicional. Com isso, houve uma redução significativa na disponibilização de algumas culturas destinadas ao consumo familiar como: arroz e caupi, e mesmo na produção de farinha de mandioca.

Associação de Bela Vista

Entre esse grupo de propriedades também predomina o cultivo da mandioca, correspondendo a 65% do valor da produção de lavouras, atingindo a 90% entre as propriedades que não possuem terra própria. Mais de 90% da produção de farinha é destinada ao mercado. A cultura de caupi, também é destinada basicamente à comercialização, ou seja, 87% entre os proprietários de terra e 52% entre os não proprietários.

Associação de Arraial São João

Entre essas propriedades os principais produtos de origem vegetal são a mandioca e o caupi, que representam 46,8% e 36,1% do valor médio produzido nas propriedades e de 49,8% e 42,0% do valor comercializado, respectivamente. As culturas de arroz e milho tem expressão bastante restrita e são cultivadas tradicionalmente em áreas consorciadas com a mandioca e sua produção destinada basicamente ao consumo na propriedade.

4.3. Produtos de origem no extrativismo

Os produtos de origem extrativista foram classificados em dois grupos, quais sejam: de origem vegetal; e de como de origem animal.

Associação de São Tomé do Panela

Entre os produtores dessa Associação os principais produtos de origem vegetal foram a o açaí, o carvão vegetal e a lenha. A coleta de açaí é destinada principalmente para o consumo familiar. A importância dessa espécie para a alimentação familiar teve maior relevância no grupo de produtores que teve acesso ao financiamento do FNO, tendo atingido valor superior ao do consumo familiar de todos os demais produtos produzidos na propriedade, consideradas individualmente. No caso da lenha, toda a produção é destinada à produção de farinha de mandioca, tendo sido deduzido seu valor do total da produção de mandioca para não ocorrer a dupla contagem de receitas. Os produtos de origem animal, provenientes de caça e pesca foram relatados por seis propriedades da Associação (25,0%). O valor dessa atividade atingiu 70,0% do obtido com a criação de suínos e superou o valor de bovinos. A atividade de caçar e pescar foi relatada por alguns produtores como sendo uma forma de complementar a alimentação da família e não um hábito de lazer uma vez que necessitam dedicar tempo, esforço de deslocamento e gastos com equipamentos para sua prática.

Associação de Bela Vista

Entre os produtores de Bela Vista o extrativismo apresenta uma importância relativa bem menor do que o observado entre os produtores das duas outras Associações. Um dos fatores para essa diferenciação é que os produtores desse grupo são todos originários de migração nordestina recente enquanto que nas demais são originárias de migrações mais antigas e se encontram mais habituadas ao uso dos recursos que o ambiente oferece. O principal produto do extrativismo é a lenha, que atinge uma participação de aproximadamente 70% do total do extrativismo, sendo destinada basicamente para a produção de farinha de mandioca. Nenhum produtor relatou a prática de caça e pesca para a alimentação da família, podendo ser considerada uma atividade eventual e sem importância econômica para as famílias.

Associação de São João

O consumo de produtos de origem no extrativismo supera ao consumo de produtos de origem animal e vegetal. O principal produto de origem vegetal é a lenha, destinada basicamente à produção de farinha de mandioca. O segundo produto em importância para a alimentação das famílias é o açaí que é consumido habitualmente pelas famílias da região. O consumo de peixe e de caça só apresenta importância mais significativa entre as propriedades sem disponibilidade de área própria ou que possuem uma área abaixo de cinco hectares. Assim, da mesma forma que o observado entre

os produtores de São Tomé do Panela, os produtores que dedicam parte de seu tempo nas atividades de caça e pesca o fazem como forma de complementar a alimentação da família, em especial no que se refere ao suprimento de proteínas.

5. Formação das rendas não agrícolas das propriedades

As rendas não-agrícolas tem importância cada vez maior, em especial entre as pequenas propriedades familiares. As atividades produtivas não podem mais ser consideradas como únicos fatores de viabilização da propriedade familiar. Na Tabela 2 são apresentados os valores obtidos entre as propriedades das três Associações em estudo.

Associação de São Tomé do Panela

No caso dos produtores dessa Associação, observou-se que a renda não-agrícola corresponde a 50,6% das vendas dos produtos originados da propriedade. No caso das propriedades que tiveram acesso ao financiamento do FNO essa participação chegou a 74,1% e a 35,2% entre as demais. Os itens de maior relevância na formação da renda não-agrícola foram a aposentadoria e o recebimento de salários. A terceira maior fonte foi a venda de trabalho em atividades agrícolas, quer seja através do recebimento de diárias ou de execução de trabalhos através de empreitas (tarefas contratadas com remuneração fixada). Quanto a aposentadoria, sua importância se deve ao valor (54,9% de toda a renda não-agrícola) e a regularidade mensal dos recursos. O recebimento de salários é menos importante e menos freqüente entre as propriedades uma vez que foram relatados por somente duas

TABELA 2. Rendas não-agrícolas obtidas por membros da família residentes nas propriedades das Associações de São Tomé Panela, Bela Vista e Arraial de São João. 1994. (R\$ 1,00)

Itens	Comunidades		
	Panela	Bela Vista	São João
Renda não-agrícola	546,67	939,00	713,67
Receitas de mão-de-obra	87,08	48,08	85,14
Recebimento de aposentadorias	300,00	490,15	268,29
Recebimento de atividades comerciais	0,00	206,15	185,39
Recebimento de doações	17,50	40,00	15,43
Recebimento de salários	142,08	154,62	159,43

Associação de Bela Vista

As propriedades de Bela Vista são as que apresentam uma renda não-agrícola mais elevada em termos absolutos, no entanto, a um percentual menor da renda monetária observada entre outros grupos de propriedades (33,7% da renda monetária agrícola). As aposentadorias também se destaca com 52,2%, vindo a seguir as atividades comerciais (21,9%) e o recebimento de salários (16,4%). Observou-se que o grupo de produtores que possuem área própria é o que tem mais renda não agrícola e originárias principalmente de aposentadoria, salários e atividades comerciais. No caso do grupo que não possui área as rendas não-agrícolas são, predominantemente, oriundas de atividades de venda de mão-de-obra para outras propriedades da comunidade.

Associação de São João

Entre esse grupo de produtores as principais fontes de rendas não-agrícolas são também as aposentadorias, atividades comerciais e salários, embora com menor importância relativa na formação da renda total. No agregado o conjunto representas corresponde a 30,6% do valor das

vendas da produção da propriedade e a 17,7% do total produzido. No caso das propriedades menores o valor obtido fora da propriedade representa 64,0% do valor de todos os ganhos monetários com as atividades produtivas da propriedade e tem sua fonte basicamente na venda de serviços (empreitas, diárias e salários). Já nos estratos intermediários a participação é bastante reduzida variando de 15% a 25%. Nos estratos das maiores propriedades a participação é de aproximadamente 13%.

6. Despesas para a manutenção da família

Os principais componentes das despesas famílias analisados foram os gastos com saúde, alimentação, consumo de energia, locomoção e vestuário. Os dados constam da Tabela 3.

São Tomé do Panela

Observou-se que entre esses produtores que, o principal item das despesas foi a aquisição de alimentação, tendo atingido 66,7% do total entre os produtores que tiveram acesso aos financiamentos do FNO e a 76,0% entre os demais. Em termos absolutos a aquisição de alimentos equívale aos valores do consumo de animais e lavouras produzidos na propriedade. Assim, a auto-suficiência das propriedades para o suprimentos alimentar das propriedades pode ser considerada como precária e evidencia a necessidade da geração de ganhos monetários significativos para a alimentação da família.

Associação de Bela Vista

Nesse grupo de produtores o consumo de produtos adquiridos fora da propriedade é significativamente superior ao dos valores dos animais e produtos de origem em lavouras consumidos pelas famílias, atingido um valor 2,3 vezes superior. Essa relação evidencia uma alta dependência da família com relação aos alimentos adquiridos. Observou-se, também, que as despesas com alimentação dos dois grupos de famílias (proprietários e não proprietários) são semelhantes.

TABELA 3. Consumo familiar monetário por grupo de propriedade das Associações de São Tomé do Panela, Bela Vista e do Arraial de São João. 1994. (R\$1,00)

Itens	Grupo		
	Panela	Bela Vista	São João
Consumo familiar monetário	1.430,86	1.878,24	1.744,97
Alimentação	1.019,75	1.308,92	1.290,40
Consumo de energia	70,62	116,39	99,59
Despesas com passagens	63,27	118,31	128,29
Vestuário	165,30	210,77	203,71
Saúde	111,92	123,85	122,57

Associação de São João

As despesas com alimentação adquirida fora da propriedade apresenta é pouco superior ao valor dos produtos de origem animal e de lavouras consumidos pelas famílias. Os gastos com aquisição de alimentação correspondem a 73,9% do valor total dos gastos monetários das famílias. Os demais itens são de menor importância relativa, no entanto, as despesas com vestuário representou um valor equivalente a aproximadamente três salários mínimos, que no período correspondia a R\$ 70,00. O consumo de energia superou o valor do salário mínimo.

7. Indicadores econômicos de desempenho das propriedades

Para o cálculo do desempenho das propriedades considerou-se três componentes físicos e três

econômicos e suas interações. No caso dos componentes físicos foram escolhidos a área total média cultivada (incluindo as áreas consorciadas), equivalentes homens disponíveis e pessoas residentes. Os componentes econômicos selecionados foram os valores da renda bruta agrícola, da renda não-agrícola e do consumo familiar (monetário e de produtos da propriedade). As relações entre esses componentes constam da Tabela 4.

Associação de São Tomé do Panela

Os indicadores do grupo de propriedades de São Tomé do Panela evidenciam que esse grupo apresenta um desempenho inferior ao das demais Associações, tanto em termos de geração de renda, tanto agrícola como não-agrícola, tendo como parâmetro as pessoas residentes e os equivalentes homem disponíveis. No entanto, a área cultivada por equivalente homem é superior ao das propriedades de Bela Vista e a renda agrícola por área cultivada é superior ao observado entre as propriedades de São João. Já o consumo familiar por pessoa residente e por equivalente homem disponível é superior ao observado entre os produtores de Bela Vista. Isso evidencia que, mesmo com menor potencial de geração de renda, os produtores tem uma demanda por consumo familiar que não pode ser reduzido de forma equivalente ao da capacidade de geração de rendas. Com isso, eventuais investimentos e formação de pequenas poupanças passariam a ser sacrificadas.

Associação de Bela Vista

Os produtores de Bela Vista são os que cultivaram a menor área por equivalente homem disponível na propriedade (1,26ha). Já a geração de renda, tanto por área cultivada quanto por pessoa residente e as rendas não agrícolas por pessoas residentes foram superiores ao dos demais grupos. Esses resultados refletem também uma maior proporcionalidade de equivalentes homem por pessoa residente, evidenciando que os membros das famílias estão mais inseridos na idade considerada apta para o trabalho na propriedade. Observou-se que os proprietários de terra tiveram maiores ganhos devido a maior área cultivada. Com isso, fica um questionamento sobre papel exercido pelos produtores que não dispõem de terra ou que possuem pequenas áreas e que são acolhidos entre os proprietários de terra facilitando-lhes o acesso a pequenas áreas para cultivo. Ao que parece, para os não proprietários de terra é reservado o papel de estoque de força de trabalho para os proprietários de terra, caracterizando uma exploração do pequeno sobre o menor ainda.

Tabela 4. Indicadores de desempenho das propriedades, com base nos valores das rendas agrícolas e não-agrícolas e no consumo familiar total, em relação aos equivalentes homens e pessoas residentes, das Associações de São Tomé Panela, Bela Vista e Arraial de São João. 1994. (R\$ 1,00) Associação do Panela. 1994. (R\$ 1,00

Itens	Comunidades		
	Panela	Bela Vista	São João
Área cultivada/Equivalente homem	1,70	1,26	4,24
Renda familiar/ Pessoa residente	461,65	794,25	696,43
Renda agrícola/Área cultivada	627,14	921,88	393,96
Renda agrícola/Equivalente homem	1.054,85	1.162,50	1.670,81
Renda Agrícola/Pessoa residente	384,93	623,52	579,71
Renda não-agrícola/Equivalente homem	210,26	318,30	336,41
Renda não-agrícola/Pessoa residente	76,73	170,73	116,72
Consumo familiar total/Equivalente homem	1.197,76	803,11	1.704,05
Consumo familiar total/Pessoa residente	437,08	430,76	591,24

Associação de São João

Pode-se observar pelos dados que as renda agrícola monetária líquida (renda agrícola menos

consumo familiar) é bastante próxima ao valor da renda não agrícola em quase todos os estratos de área. Isso serve para evidenciar a importância desses ganhos para as propriedades da região. No que se refere à área cultivada por equivalente homem a médio dos produtores é bem superior ao observado na Bela Vista (1,26 hectare) e no Panela (1,7 hectare). Essa diferença pode ser explicada pelo fato do uso mais intensivo de trator no preparo do solo no plantio de feijão caupi e de equipamento mecanizado no processo de bateção das vagens. Outro aspecto que pode ser salientado é que houve uma tendência de incremento desse indicador na medida em que aumentou a área média dos estratos. Os demais indicadores refletem o maior nível de renda obtida pelas propriedades analisadas, tendo como base a maior área trabalhada.

CONCLUSÕES

Os produtos de origem vegetal são os principais componentes da renda agrícola das propriedades, tanto para a renda monetária como para o consumo familiar. O valor do consumo de produtos de aves (carne e ovos), em especial nas propriedades com menor disponibilidade de área são superiores ao de produtos vegetais. Os produtos originários do extrativismo são mais significativos nos grupos mais tradicionais na região (migrações mais antigas onde o hábito de consumo de produtos da floresta é mais acentuado). O acesso ao crédito do FNO contribuiu, em propriedades com uso de tecnologia mais “tradicional” (derruba e queima de capoeiras), causou uma desestruturação do sistema produtivo causando uma redução efetiva de produtos para o consumo da família.

As rendas não-agrícolas chegaram a representar mais de 50% da renda total de alguns grupos de famílias, destacando-se as aposentadorias e recebimento de salários. As famílias que não possuem área própria tem menos condições de as formas de rendas não-agrícolas, concentrando-se nas rendas oriundas de trabalhos esporádicos (diárias e empreitas). O fato desse grupo também apresentar uma menor participação no recebimento de aposentadorias indica que os mais idosos somente ficam no meio rural caso tiverem acesso a terra uma vez que a aposentadoria viabiliza sua sobrevivência no meio urbano. As rendas obtidas fora das propriedades, em especial os salários e aposentadorias representam uma garantia de estabilidade no fluxo financeiro das famílias possibilitando atender uma parcela significativa das necessidades de gastos monetários para sua sobrevivência.

O consumo de alimentos adquiridos fora das propriedades em muitos casos suplanta o valor da produção da propriedade consumida pelas famílias evidenciando a necessidade das famílias terem um fluxo monetário bem distribuído durante o ano. Os demais itens, mesmo sem grande importância de forma isolada, no seu agregado demandam são fatores de preocupação constante dos produtores no sentido de manterem reservas monetárias, em especial os relacionados a saúde. Os gastos com as fontes de energia durante o ano, em todos os grupos de produtores analisados superou ao valor de um salário mínimo vigente na época.

Como sugerem tem-se que:

- os estudos com agricultura familiar devem envolver necessariamente uma avaliação do conjunto de despesas e receitas das famílias uma vez que na falta de recursos para a manutenção familiar as atividades produtivas tenderão a ser sacrificadas;
- as rendas não-agrícolas podem significar a viabilização da propriedade como um todo e devem ser analisadas quanto ao seu potencial e viabilidade de integração aos sistemas produtivos das pequenas propriedades familiares.

BIBLIOGRAFIA

CARRIERI, A. de P.; AGUIAR, A.R.C.; MOURA FILHO, J.A. O processo de gestão na

- pequena produção familiar rural: um estudo de caso no sul de Minas Gerais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.40, t.2, p.167-179, 1993.
- CONTO, A.J. de; HOMMA, A.K.O.; GALVÃO, E.U.P.; FERREIRA, C.A.P.; AMORIM, R.A. A mecanização na pequena propriedade na região Nordeste do Estado do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju. **Anais**. Brasília: SOBER, 1996. p.385-410.
- CONTO, A.J. de; DOSSA, D.; DEDECEK, R.; CURCIO, G.R.; HIGA, A.R. Estrutura familiar e formação da renda entre pequenos acacicultores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais**. Brasília: SOBER, 1997. p.856-869. 1 CD ROM
- CONTO, A.J. de; DOSSA, D.; MEDRADO, M.J.S.; MAZZA, M.C.M.; MAZZA, C.A. da S.; CARVALHO, A.P. de; RODIGHERI, H.R.; CARPANEZZI, A.A.; MACEDO, J.; STENBOCK, W. Alternativas para viabilização de pequenos agricultores do município de Guarapuava. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B., ed. **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER, 1998. v.2, p.451-462.
- CONTO, A.J. de; CURCIO, G.R.; RASCHWAL, M.F.G.; RODIGHERI, H.R.; BAGGIO, A.J.; PEREZ CASSARINO, J. Análise socioeconômica de produtores de áreas de barragens, reassentados nas Glebas Segredo I e III – Parana. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B., ed. **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER, 1998. v.2, p.463-477.
- GALVÃO, E.U.P.; CONTO, A.J. de; HOMMA, A.K.; AMORIM, R. de; FERREIRA, C.P.; OLIVEIRA, R.F.; AMORIM, A.J.E. **O processo de mudanças tecnológicas em pequenas propriedades da comunidade de Bela Vista, município de São Miguel de Guamá, PA**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. No prelo.
- HOMMA, A.K.O.; WALKER, R.T.; SCATENA, F.N.; CONTO, A.J.; CARVALHO, R.A.; ROCHA, A.C.P.N.; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS, A.I.M. Redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia: política agrícola ou ambiental ?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., Curitiba, 1995. **Anais**. Brasília, SOBER, 1995. v.2. p.1075-1096.
- SANTANA A.C. de; KHAN, A.S. Análise sócio-econômica de pequenas unidades de produção em Santa Izabel do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.28, n.2, p.255-274, 1990.
- TEIXEIRA, E.C.; AGUIAR, D.R.D.; VIEIRA, W. da C. Introdução: agricultura familiar num contexto de abertura econômica. In: TEIXEIRA, E.C.; VIEIRA, W. da C. **Reforma da política e abertura econômica**. Viosa: UFV / FAPEMIG, 1996. 210p. Artigos apresentados no Seminário Internacional de Política Agrícola, 8., 1996, Viosa.



MI.Pesquisador Florestas

Colombo-PR, 14 de abril de 1999

De: Arnaldo José de Conto - Pesquisador

Para: Guiomar Braguinha - Secretária do Comitê de Publicações

Assunto: Encaminhamento de trabalho para publicação em ANAIS DE CONGRESSO

Em anexo estou encaminhando duas cópias do trabalho “**A COMPOSIÇÃO DAS TENDAS E DESPESAS FAMILIARES EM COMUNIDADES DE PEQUENOS AGRICULTORES NO NORDESTE PARAENSE**” para que o mesmo seja revisado e para encaminhamento ao Comitê da SOBER.

Atenciosamente

Arnaldo José de Conto
Embrapa-Florestas
Pesquisador

Recebido em: / /1999		Assinatura	
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Centro Nacional de Pesquisa Florestal - CNPF	Estrada da Ribeira km 111 Colombo - PR, Brasil CP 319, CEP 83411-000	Fone: (041)766-1313 Fax: (041) 766-1276 Telex: (41) 30120